



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO          Número          /XIV  
(          .ª)
- PERGUNTA                  Número          /XIV (          .ª)

**Assunto: Sobre as declarações homofóbicas de um docente do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto**

**Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

De acordo com uma notícia do jornal Público, datada de 7 de outubro de 2021, um professor da Universidade do Porto proferiu, no final de uma aula de Bioética e Deontologia Médica, as seguintes palavras: “Alguns homossexuais podem vir a transmitir a gerações futuras um gene indutor da homossexualidade. É uma dúvida que se levanta. E por esta dúvida é que não é recomendado [aos homossexuais] dar sangue”.

As declarações do professor do ICBAS vão na contramão da aprovação por unanimidade de projetos de lei no dia 8 de outubro, entre os quais o do Bloco de Esquerda (945/XIV/3), que proíbem a discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género, da expressão de género e das características sexuais na doação de sangue. Estas declarações são graves e, segundo a notícia, foram dadas pelo professor num contexto em que se discutiam questões como a disforia de género e a saúde das pessoas trans.

A veracidade desta referência a teses discriminatórias e não científicas foi atestada ao jornal por pessoas do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS). A notícia dá conta de não se tratar de um caso isolado, cita o médico João Rodrigues, ex-aluno do ICBAS, e membro de um projeto dedicado à comunidade transgénero e ao SNS (*Anémoma*): “Tomei conhecimento através de colegas que tinham publicado nas redes sociais o que tinha acontecido na aula de Bioética. Foi fácil juntar um mais um e perceber quem tinha sido o professor a proferir tais declarações. Na verdade, não me choca, porque no ICBAS tive aulas com outros professores que fizeram comentários preconceituosos e não científicas.”

É muito preocupante que esse discurso discriminatório esteja a ser veiculado numa instituição que forma profissionais de saúde. Recorde-se que *A Estratégia de Saúde para pessoas LGBTI*, editada pela Direção-Geral da Saúde em 2019, reconhece a necessidade de melhorar a formação dos profissionais de saúde, e atribui às Escolas Médicas, de Enfermagem e de Psicologia da Saúde e outras nas Ciências da Saúde uma responsabilidade primordial.

Um estudo realizado pela ILGA Portugal em 2014, *Saúde em Igualdade. Pelo acesso a cuidados de saúde adequados e competentes para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans*, já alertava para o facto de que a



discriminação em função da orientação sexual ou identidade de género é um fator de risco para a saúde das pessoas LGBT. Recomendando que “a educação/formação de profissionais de saúde inclua também o mais recente e diverso conhecimento científico sobre saúde LGBT”. E estudos mais recentes, como a tese de mestrado de João Rodrigues, *Discriminação de Pessoas Trans no Serviço Nacional de Saúde (e barreiras ao seu acesso)* (ICBAS, 2020), apontam no mesmo sentido: “As lacunas na formação dos profissionais de saúde nesta área são marcantes, constatando-se que a resposta dada aos trans, no cumprimento de normas de boas práticas clínicas no TRS [tratamento de redesignação de sexo] está longe de ideal, sendo, por isso, necessária uma maior divulgação e implementação das *guidelines* internacionais”.

Com vista a garantir o direito constitucional à saúde e à igualdade, e em linha com *A Estratégia de Saúde para pessoas LGBTI* publicada pela DGS, é importante que o Ensino Superior exclua o discurso discriminatório e pseudocientífico da formação dos profissionais de saúde e garanta uma formação adequada ao respeito por todas as pessoas independentemente da identidade de género e da orientação sexual.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento da situação?
2. Vai o MCTES interceder junto da Universidade do Porto e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar no sentido de garantir todos os procedimentos regulamentares aplicáveis ao efeito?
3. Que medidas, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, pondera o MCTES tomar para garantir que a formação dos profissionais de saúde está em linha com a Estratégia de Saúde para pessoas LGBTI?
4. Pondera o MCTES, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, tomar medidas para que os profissionais do ensino superior tenham formação/ações de sensibilização para os direitos LGBTI?
5. Que medidas, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, pondera o MCTES tomar no sentido de garantir uma maior efetividade dos direitos das pessoas LGBTI na universidade portuguesa?

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2021

**O deputado e a deputada**

**Luís Monteiro (BE)**

**Fabíola Cardoso (BE)**